

ERLÉIA APARECIDA VANTROBA

**NECESSIDADES E PERSPECTIVAS PARA A
PERMANÊNCIA DO JOVEM DO CAMPO NO SEU
AMBIENTE**

IRATI, DEZEMBRO DE 2009.

NECESSIDADES E PERSPECTIVAS PARA A PERMANÊNCIA DO JOVEM DO CAMPO NO SEU AMBIENTE

Artigo apresentado ao Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE, ano de 2009.

Professora (PDE): Erléia Aparecida Vantroba
Professora (IES): Profa. Msc. Karla Rosário Brumes

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo, mostrar que a mudança do jovem do campo para a área urbana está diretamente ligada à renda imediata (trabalho remunerado mensal). Por se tratar de êxodo do campo, principalmente do jovem, devemos encontrar formas de não haver mais a necessidade de solucionar o problema citado fora do seu ambiente. Que suas necessidades e perspectivas sejam alcançadas onde vivem sem a necessidade de saírem do seu local de origem; pois em consequência da concentração de pessoas nas cidades, aumentam os problemas de forma geral em todos os setores sociais, como: maior concorrência às vagas de trabalho, aumento na debilidade das instituições de saúde, além de, ocorrer uma diminuição na possibilidade da continuidade da produção familiar, desestruturando as famílias camponesas e ocasionando a perda das raízes e dos valores que esse jovem do campo deve prezar, para perceberem a importância em valorizar o local onde vive, com relação à biodiversidade, a cultura, além de tudo perceber a qualidade de vida que no campo possuem.

Palavras chave: migração; jovem do campo; perspectivas; mudança de ambiente

INTRODUÇÃO

A partir de 2003, iniciou-se um novo período na história da educação paranaense. Isso se deve ao processo de reformulação da política educacional do Estado. Destaca-se, como aspecto relevante dessa reformulação, o descrédito à proposta neoliberal de educação, resgatando a função precípua da escola e o tratamento dos conteúdos específicos e saberes organizações não-governamentais (ONGs), multinacionais e outras instâncias.

O Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE foi instaurado para integrar professores numa política de valorização, com formação continuada, para efetivamente e com organização procurar novos rumos para a solução de problemas ainda presentes na Educação Básica paranaense.

Como professora desde 1985, nesta mesma escola e sempre muito presente perante as aspirações, desejos, sonhos, é que há anos tenho percebido que no colégio alguns jovens precisam receber um direcionamento mais efetivo, quanto da sua permanência na área do campo.

Desde o primeiro momento da possibilidade em dedicar tempo para pesquisar, almejamos desenvolver um estudo que privilegiasse a questão do êxodo do jovem do campo.

Expondo este desejo a colegas, amigos, todos demonstram interesse em colaborar, para que efetivamente aconteça e sejam encontradas essas possibilidades e perspectivas para o jovem ficar e realmente perceber que no campo é possível viver e com muito maior qualidade de vida, diminuindo assim a sua saída para os centros urbanos.

Sabendo que as Diretrizes Curriculares de Ciências possibilitam abordar sugestões que ampliem as discussões dentro do conteúdo biodiversidade, apresenta-se assim esta pesquisa, pois ela terá uma abordagem de interesse regional.

O aprendizado de Ciências deve permitir a compreensão da natureza viva dos limites dos diferentes sintomas explicativos, a contradição entre os mesmos e a compreensão de que as Ciências não têm respostas definitivas para tudo, sendo uma das suas características e possibilidade de ser questionado e de ser transformada. Deve permitir, ainda, a compreensão de que os modelos na ciência servem para explicar aquilo que podemos inserir e que tais modelos são produtos da mente humana e não a própria natureza, construções mentais que procuram sempre manter a realidade observada como critério de legitimação.

Nesta perspectiva propomos através desta pesquisa estudar a questão da migração do jovem do campo para as áreas urbanas. A permanência do jovem no campo depende muito é claro das oportunidades que lhe seja possibilitada, já que ele não vai ficar no ambiente de origem se não tiver como manter o mínimo necessário à sua sobrevivência e de sua família, mesmo que para isso precise ficar longe da família e praticamente seja “escravizado” num emprego.

As diversas transformações que ocorreram no cenário agrícola nos últimos anos têm alterado também a própria estrutura populacional de quem vive neste meio. As relações e o modo de trabalho inferem na composição familiar das pessoas que vivem no campo, onde as condições de trabalho e renda nem sempre são atrativas para determinadas classes etárias, outrossim não são atrativas para pessoas de todas as idades, fazendo com que problemas como o êxodo do campo, a masculinização e o envelhecimento da população tornem-se situações cada vez mais frequentes.

Está claro que o apoio à agricultura familiar tem sido cada vez mais difundido, pois têm sido reconhecida a sua grande importância na busca de uma nação mais sustentável e pluriativa. Contudo, ainda ocorre uma grande marginalização, também existente no meio urbano que faz com que os agricultores, principalmente os jovens, não acreditem em perspectivas de desenvolvimento neste meio, já que deparam-se com um grande litígio de empregos e de elementos que fascinam as pessoas mais jovens. Mas para muitos destes, o principal motivo que leva-os a abandonar o campo não é a vontade de viver na agitação das cidades, e sim pela impossibilidade destes alcançarem seu pleno desenvolvimento econômico através de atividades agrárias. Dessa maneira, segundo Silvestro *et al* (2001, p.22) “é necessário uma inovação na política fundiária brasileira que abra caminho para que milhares de jovens agricultores possam realizar suas vocações e desejos profissionais”. Essa inovação pode vir da realização de uma verdadeira reforma na estrutura agrária que contemple para o morador do campo: distribuição de terras; crédito agrícola; infra-estrutura; educação; capacitação e assistência técnica; lazer; etc.

Em meio a isto, o presente artigo reflete os principais condicionantes do êxodo do campo no Brasil e mostra uma situação ocorrente com jovens de Guamirim e demais localidades que compõe este distrito, pertencentes a Irati, que na busca por melhores condições de vida, migram para a cidade para trabalharem no setor industrial, comércio ou como profissionais liberais.

Nessa busca incessante por um espaço na sociedade atual, o jovem do campo,

muitas vezes sem perspectivas de permanecer na atividade agrícola, tanto por falta de incentivo dos pais, falta de recursos, tamanho da propriedade, ou até mesmo, por falta de opções de lazer no campo e pelas facilidades da cidade, busca amparo na zona urbana. Mas, ainda assim, muitos jovens têm consciência de que as dificuldades existem e que também pode haver pontos negativos quanto à sua migração para a zona urbana. Vêem a cidade como fonte de oportunidade e de lazer, mas também consideram a agitação, a marginalidade e a falta de conforto que pode existir nesse ambiente. Enquanto isso, o campo é visto como lugar em que faltam opções e onde a riqueza dificilmente será alcançada, mas também é visto como lugar tranquilo, acolhedor e sem marginalidade.

II. PROCEDIMENTOS DA PESQUISA DE CAMPO

A pesquisa de campo foi realizada mediante entrevista estruturada feita a 25 jovens. A primeira parte do questionário aplicado continha perguntas relacionadas às impressões, vantagens e percalços que os trabalhadores encontraram em permanecer no campo.

O encaminhamento metodológico orienta-se por uma abordagem crítica, priorizando na escola os conteúdos historicamente constituídos. Propõe conteúdos estruturantes específicos de 5ª a 8ª série. O trabalho parte da realidade do educando o qual poderá aperfeiçoar o reconhecimento do ambiente onde vivem, desenvolvendo níveis cognitivos à realidade local, às diversidades culturais, às diferentes formas de apropriação desse ambiente. O tratamento dos conteúdos, na escola, exige conhecimentos científicos de outras ciências para explicar os inúmeros fenômenos naturais que ocorrem no mundo. Estabelecer relações entre os diversos conteúdos específicos, numa abordagem “tradicional”, apresentada em vários livros didáticos que trata os conteúdos “água, ar e solo” na 5ª série, “seres vivos” na 6ª série, “corpo humano” na 7ª série e “química e física” na 8ª série.

É imprescindível que o professor reconheça que existem conhecimentos físicos, químicos e biológicos básicos para o processo de ensino e de aprendizagem, que precisam ser abordados, tanto na 5ª, quanto na 6ª, 7ª e 8ª série.

Ao tratar os conteúdos específicos, são necessários que sejam explorados aspectos relacionados à historicidade da produção do conhecimento em questão, pois, por meio do histórico é possível conhecer em que contexto tal conhecimento foi produzido identificando o que determinou a construção de determinado conhecimento científico.

Ressaltar que o objetivo de estudo é possível de mudanças ao longo da história, pois a ciência é dinâmica, ocorrendo novas pesquisas, novas teorias e tecnologias. A ciência é provisória, não se pode desconsiderar a produção científica da humanidade, pois cada conhecimento adquire sentido à medida que se considera o contexto no qual foi produzido.

É importante dar preferência a problemas locais que possam ser ampliadas para problemáticas mais abrangentes. Nessa abordagem, é imprescindível que se estabeleça articulação entre os conhecimentos físicos, químicos e biológicos. Essas relações não se esgotam, podendo agregar outras para um mesmo conteúdo.

Através das informações que o estudante possui, ele demonstra interesse em apresentar soluções, alternativas para o problema. Esse interesse é demonstrado por meio de propósitos e do comprometimento com a respectiva ação. A partir desse encaminhamento metodológico, a disciplina de Ciências poderá resgatar na escola, o estudo dos fenômenos naturais por meio do tratamento dos conteúdos específicos, de forma crítica e histórica. Assim pensa-se: “por que o jovem do campo deixa sua família, suas terras, enfim seu ambiente para encontrar trabalho na cidade”?

Percebemos que o ideal é que o jovem do campo deveria ter possibilidades de permanecer no campo, e não fazer o êxodo. Diante desta realidade propomos pesquisar novas perspectivas, e demonstrar como o campo também pode oferecer melhores condições de vida e trabalho para a permanência no seu ambiente. É muito forte o fato de reconhecer que a distribuição de postos de trabalho é difícil para os moradores dos centros urbanos, então o que dizer, se pensar para estes jovens que chegam neste novo ambiente.

Paralelamente, à montagem do banco de dados primários foi elaborado um banco de informações contendo os dados secundários colhidos a partir de uma consulta das informações censitárias e institucionais (IBGE, PRONAF, EMATER e INSS) e de outros registros estatísticos que permitissem uma aproximação em relação às características gerais da localidade acima identificada, centrando o foco de análise em aspectos vinculados ao desenvolvimento (IDH) do município, incluindo outros indicadores como o Índice Social Municipal Ampliado (ISMA) da FEE1. Além disso, um aporte bibliográfico como base, publicações de vários pesquisadores para visualizarmos os processos sociais até então decorrentes a nível regional e avaliar os possíveis fatores que foram determinantes para o êxodo dos agricultores familiares do campo.

2.1 Fundamentação teórica

O meio do campo necessita de uma escola que dê ênfase ao aspecto formativo, uma escola que possa civilizar sem urbanizar, uma escola que, conscientizando o homem sobre os valores autênticos do seu próprio meio, seja capaz de despertar as forças latentes da comunidade em ritmo de progresso.

Segundo Abramovay (2000),

“Contrariamente à crença arraigada que encara o esvaziamento do meio rural como o corolário associado ao próprio conceito de desenvolvimento, mais de um quarto da população economicamente ativa nos países desenvolvidos residem em áreas rurais. E desde meados dos anos 80. A população rural é a que mais cresce em diversos países do Hemisfério Norte, a começar pelos EUA. No caso brasileiro, a década de 90, registra um fenômeno inédito na história do país: o ritmo do êxodo rural desacelera-se de maneira nítida e, ao final dos anos 90, já se registraram tanto a migração de retorno em direção a pequenos municípios, como o crescimento da população rural em deveras regiões do país” .(ABRAMOVAY, 2000, p. 3).

Segundo Camarano *apud* Abramovay (2000), a população do campo começou a crescer em termos absolutos, revertendo um declínio de quase duas décadas. É claro que a esmagadora maioria da população do campo nos países desenvolvidos deixou de trabalhar fundamentalmente na agropecuária há muito tempo. Nos EUA apenas 10% das pessoas que ocupam o campo, vivem da agricultura. Em 1991, nos EUA, havia 1,6 milhões de domicílios camponeses, não agrícolas. 93% dos domicílios camponeses norte-americanos não são unidades de produção agropecuária: seus membros trabalham para o governo, na indústria, na construção, na mineração, em finanças, no comércio e em outros serviços.

Tanto nos Estados Unidos como na Europa este é um desafio fundamental a que os padrões convencionais de política agrícola são incapazes de responder enquanto declinavam agricultores, os residentes do campo de pequenas propriedades não tiveram sua proporção no total de habitantes. Em outras palavras, apesar do declínio da agricultura o tecido social do campo mantém-se vivo a sua trama, que é enriquecida pelo desenvolvimento de novas atividades.

Na verdade, a migração acaba testemunhando a necessidade permanente de superar situações que se desgastaram e que precisam ser ultrapassadas. A migração sinaliza a urgência de mudanças.

Falando dos deslocamentos populacionais do país não podemos esquecer das migrações sazonais, protagonizadas por pequenos proprietários, posseiros ou

arrendatários que vendem periodicamente a própria força de trabalho a fim de complementar a irrisória renda e evitar a migração definitiva para a cidade.

Habitualmente esses trabalhadores se deslocam em direção às safras agrícolas e são obrigados há passar vários meses longe das famílias, trabalhando em condições extremamente precárias. Entre eles não são raros os casos de trabalho escravo decorrente de dívidas que contraíram pelas despesas de viagem, o aluguel da moradia, a compra dos instrumentos de trabalho e da comida. Há quem considera os deslocamentos sazonais não uma migração periódica, mas um estado constante de migração. De fato, o trabalhador sazonal sente-se estranho seja no lugar de trabalho, que troca com muita frequência, seja no próprio lar, pelas longas ausências e as novas experiências. Os migrantes sazonais não têm “pátria”. Suas esposas são comumente chamadas de “viúvas de maridos vivos”, sendo obrigadas, na ausência dos maridos, a cuidarem sozinhas da educação e do sustento dos filhos, dedicando-se ao roçado e ao artesanato.

A mobilidade feminina, às vezes, possui características específicas. Às causas estruturais da migração, acrescenta-se a violência e a opressão do machismo. Para estas mulheres, o deslocamento espacial constitui uma libertação dos maus tratos domésticos, embora o alívio, muitas vezes, seja apenas temporário. “Foi doídice sair, mas doídice maior era ficar”, contava uma mulher que fugiu, com três filhos, da violência do marido. Habitualmente, essas esposas e mães costumam sair do lar levando consigo os filhos e buscando refúgio junto a parentes ou amigos, tendo que assumir sozinhas o sustento e a educação da prole. O Censo 2000 revelou um sensível aumento de domicílios sob responsabilidade de mulheres (24,9% do total contra 8,1% de 1991).

Nas últimas décadas, o fenômeno migratório no Brasil continuou intenso. O povo brasileiro parece viver num estado crônico de mobilidade que adquire características específicas dependendo dos períodos e dos lugares nos quais se processa. A partir dos anos trinta, as migrações internas seguiram preferencialmente duas vertentes: os deslocamentos para as fronteiras agrícolas e para o sudeste.

O êxodo do campo assumiu progressivamente proporções sempre mais significativas. Em 1920, apenas 10% da população brasileira viviam em áreas urbanas, sendo que, cinquenta anos depois, em 1970 a porcentagem já chegava a 55,9%. Atualmente, de acordo com os dados do Censo 2000, 137.669.439 brasileiros residem na zona urbana, o que corresponde a 81,22% da população. Estima-se que nos últimos 35 anos, 40 milhões de pessoas abandonaram campo do país.

O Brasil transformou-se, em algumas décadas, de um país predominantemente

camponês, num país majoritariamente urbano. Cabe lembrar que, na maioria dos casos, os deslocamentos para a cidade foram compulsórios, consequência de uma política agrária que fechou a fronteira agrícola, modernizou o trabalho do campo e concentrou a posse da terra.

Atualmente, o processo de urbanização apresenta características diferentes em relação às décadas anteriores. Embora Rio de Janeiro e São Paulo continuem sendo importantes polos de atração, torna-se mais expressiva a migração “poli nucleada”, com o crescimento de significativos núcleos urbanos também em regiões tradicionalmente camponesas. Não é por acaso que o maior crescimento populacional deu-se entre as cidades com mais de 100 mil habitantes.

A diminuição relativa da migração para as metrópoles pode ser justificada pela degradação progressiva da vida nas grandes cidades, como comprovado pelo aumento da violência, a menor oferta de emprego, o trânsito caótico, as várias formas de poluição e o ritmo de vida sempre mais estressante. Um exemplo pode ser significativo: na cidade de São Paulo, a quantidade de pessoas que vivem em favelas, ruas, cortiços ou “mocós” (domicílios improvisados) já alcança no mínimo 1,077 milhões de paulistanos, 1 em cada 10 moradores da capital!

A mobilidade humana é um fenômeno amplo e complexo. Abrangem numerosos atores sociais pertencentes a uma pluralidade de classes, etnias, culturas e religiões. As causas e as motivações que levam aos deslocamentos são variadas, tendo consequências bastante diversificadas, dependendo dos diferentes contextos sócio-culturais e da singularidade de cada pessoa. Cabe frisar, contudo, que as migrações em si representam um fenômeno basicamente positivo. Não podemos esquecer o direito humano de ir e vir, as funções sociais e econômicas dos deslocamentos, a relativa melhoria das condições de vida da fuga de situações de opressão ou de catástrofes ecológicas, as novas oportunidades abertas e o enriquecimento cultural decorrente do encontro entre diferentes povos, culturas e religiões.

Entretanto, deve-se lembrar também que, frequentemente, por trás das migrações escondem a desestruturação identitária e religiosa, a exclusão social, a rejeição e a dificuldade de inserção no lugar de chegada. Hoje, em geral, a migração não é consequência de uma escolha livre, mas tem uma raiz claramente compulsória. A maioria dos migrantes é impelida a abandonar a própria terra ou o próprio bairro, buscando melhores condições de vida e fugindo de situações de violência estrutural e doméstica. Este é um grande desafio, pois “migrar” é um direito humano, mas “fazer migrar” é uma

violação dos direitos humanos!

Na atualidade, os migrantes são vistos como entraves, porém, é explorada quando interessa ao sistema ou como mão de obra dos países ou regiões desenvolvidas. O sistema econômico neoliberal, que concentra as riquezas nas mãos de poucos, cria muros para excluir os pobres. Interpretada nesta ótica, a migração representa a busca, por parte dos excluídos, de alguma fenda que permita o acesso parcial a alguns dos benefícios produzidos pelo sistema. Os deslocamentos dos excluídos lembram o movimento dos cães ao redor da mesa em busca de algumas migalhas.

Hoje, quem realiza o êxodo, passa a ser considerado o principal culpado por um conjunto de problemas que afetam a nossa sociedade, como a violência e o desemprego. Esta culpabilidade da vítima visa ideologicamente esconder as verdadeiras causas estruturais da exclusão social e, ao mesmo tempo, inculcar no próprio migrante um sentimento de frustração, de fracasso, de inferioridade que, não raramente, inibe seu potencial de resistência e reivindicação.

III. MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA NO CAMPO

A modernização agrícola do campo, desde a década de 1970 foi sonhada pela elite brasileira, favoreceu os interesses dos grandes agricultores e das empresas multinacionais (indústrias de insumos agrícolas, de maquinários, etc.), provocando grande exclusão dos pequenos produtores.

Desta forma, os pequenos proprietários, arrendatários, meeiros, posseiros e trabalhadores diaristas, se viram obrigados a migrar para as cidades, pois ficaram subjugados por uma política que favorecia apenas o grande e rico produtor. O êxodo do campo que ocorreu nesse período acometeu indivíduos de todas as faixas etárias, migrando famílias inteiras, pessoas idosas, adultos, jovens e crianças.

Estudos realizados pelo Censo Demográfico são limitados, e pouco aprofundam-se sobre a tema êxodo do campo. O desinteresse é uma constante mesmo entre os demógrafos, que passaram a dedicar maior atenção aos novos temas que surgem na sociedade, como o aumento da violência nas cidades, desemprego, evasão escolar, etc. A omissão de um fato que vem modificando o cenário do campo brasileiro permite que os problemas adjuntos ao mesmo sejam colocados em segundo plano, dentro das

prioridades de re-estruturação social. No entanto, as novas fronteiras do êxodo abarcam consigo situações que não podem ser mantidas, pois sua evolução ruma para um caminho onde as populações camponesas podem ficar socialmente descaracterizadas, seja por gênero, por oportunidades de emprego ou pela sua própria natureza funcional.

O êxodo realizado por jovens do campo mostra que o contato entre o campo e a cidade é cada vez mais irrestrito. Resta saber se esta inter-relação representará uma grande mudança na esfera social deste ou daquele espaço. É provável que no campo, tanto jovens como pessoas de outras faixas etárias, não venham encontrando um ambiente propício para a construção compensatória de sua cidadania, bem como de condições de vida capazes de promover a sua suficiência econômica. Apesar disso, é contraditório que, com o aumento da violência e desemprego das cidades, muitas pessoas prefiram habitar este meio. Para os jovens do campo, têm valido mais a pena procurar as cidades, pois nelas afloram a moda, os costumes e os pensamentos coletivos dos de sua idade, estampados a todo o instante nos veículos de comunicação.

A lei federal 11.326, de julho de 2006, define e estabelece a agricultura familiar, por possuir área de até quatro módulos fiscais (no Paraná significa uma média de 40 hectares), utilizar mão de obra predominantemente familiar; ter renda familiar originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento e dirigir com a família o estabelecimento.

Pela mesa do povo brasileiro, a nossa agricultura familiar responde por 60 % dos alimentos consumidos, sendo milho: 49 %, feijão: 67 %, mandioca: 84 %, leite: 52 %, suínos: 58 %, aves e ovos: 40 %. O Paraná tem aproximadamente 321 mil propriedades com esse perfil.

Responsável por 60% dos alimentos consumidos em todo o País, a agricultura familiar avança e pode ser medida por seus números. Presente em mais de 80% dos imóveis do campo do País, cerca de 4,1 milhões de propriedades, empregando cerca de sete em cada dez trabalhadores do campo e respondendo por cerca de 60% dos alimentos consumidos pelo brasileiro. Como referência a agricultura familiar em 2003 correspondeu 38% da produção agropecuária nacional, ou 10% do produto interno bruto (PIB), com uma participação de R\$ 156 bilhões, segundo a Fundação Instituto de Pesquisa Econômica (FIPE).

A profissionalização da atividade do agricultor é a melhor forma de mudar a realidade no campo. Privilégios assistencialistas e legais prejudicam mais do que ajudam os agricultores familiares, porque criam dependência, é preciso educação para que o

jovem permaneça no campo e a agricultura não envelheça, como está acontecendo. A agricultura familiar é capaz de resistir a qualquer dificuldade natural, menos as burocráticas e a falta de valorização.

Devemos acreditar que o preconceito historicamente existente no Brasil, acerca do trabalho agrícola leva a sua desvalorização e somente uma organização cooperativa de pequenos agricultores, e mesmo a agricultura familiar, é o principal caminho ou meio para o desenvolvimento do campo, assim como sua inclusão social.

Algumas Políticas públicas que vem a favor da agricultura familiar são programas que oferecem linha de crédito para apoiar a agro industrialização da produção de agricultores familiares; a compra direta de recursos do programa fome zero permitem a compra dos principais produtos de cada região de agricultores e de assentamentos de reforma agrária, com garantia de preço justo e também o incentivo a produção e venda de produtos orgânicos.

As dificuldades que acometem a agricultura familiar, principal categoria social do campo atingida pela evacuação de seus constituintes para outras regiões, percebe-se que as políticas públicas não foram capazes e eficientes o suficiente para dar as condições necessárias para que estes atores pudessem continuar a permanecer no seu meio de origem. Contudo, acusar somente as faltas de ações governamentais não basta, pois é explícito que a modernização de sua agricultura aliada as classes que detinham maiores quantidades de terra foi, sem duvida, um fator importantíssimo para a exclusão dos pequenos agricultores de seus sistemas produtivos, de sua área, enfim, e como acima ressaltado, estes indivíduos foram excluídos do campo.

As tecnologias cada vez mais automatizadas que cada vez menos abrigavam mão-de-obra; as monoculturas que uniformizaram as produções e subordinaram os agricultores as indústrias de insumos e genética; o endividamento frente aos bancos, sendo que teve-se que entregar seus bens para quitar tais obrigações; a globalização que tornou-o vulnerável a flutuações internacionais e incrementou a dependência tecnológica consorciado com o aumento dos custos de produção que acarretam, principalmente para os pequenos, a diminuição da renda ou, até mesmo, o endividamento destes; a abertura de novas fronteiras agrícolas ou de trabalho.

A crescente migração campo-cidade. Em 1970 foi registrado o maior índice de habitantes rurais do Brasil, com 41 milhões de pessoas, correspondendo 44% da população total. À partir de então, tem ocorrido um declínio populacional constante no campo, sendo que em 1996 o seu número de habitantes chegou a um total de 33,8

milhões, equivalendo a 22% do total da população brasileira. São cada vez mais jovens que têm deixado o campo. Tratando-se da região Sul, durante os anos 1970, quase metade (45,5%) da população camponesa que residia nesta região no início da década saiu do campo e vem daí nada menos que 29% de todos os migrantes camponeses do país. Nestes 10 anos, sua população camponesa tem uma redução de 2 milhões de habitantes. Os subsídios, os incentivos econômicos e o aparato institucional mobilizados para estimular a adoção de técnicas produtivas e culturas altamente poupadoras de mão-de-obra são certamente a razão principal de um êxodo tão rápido (Abramovay, 2000). No entanto, isso pode parecer fruto das últimas décadas, apesar disso, ainda ocorrem evacuações, não tão expressivas por consequência da diminuição da população ativa do campo, mas que ainda acarretam custos sociais e culturais inafiançáveis. Entretanto, o que ainda está contendo parte desta evacuação são as atividades não-agrícolas no campo ou nos centros “urbanos” próximos que, segundo Schneider (2003) e Sacco dos Anjos (2003), está sendo uma forma dos agricultores e suas famílias terem as condições almejadas sem necessitarem, exclusivamente, de continuarem nas atividades agrícolas. Não obstante, Guamirim constitui-se em um pequeno distrito de Irati, e que tem sua economia alicerçada no setor primário o que aumenta vulnerabilidade pelas instâncias climáticas e pelas precipitações internacionais, seja em relação aos preços dos insumos, bem como, dos produtos pagos pelos agricultores.

3.1 O papel da educação no campo

Segundo relatório da FAO (1995), também existe uma estreita ligação entre o caráter dos processos migratórios e a formação educacional. De acordo com o mesmo, foi observado que na grande maioria das famílias rurais latino-americanas, está presente o pensamento de que o estudo é mais indicado para as moças do que para rapazes. Por incrível que pareça, ainda existe a crença que o trabalho no campo e uma boa formação educacional não precisam andar juntos.

Dados da Cepal segundo Durston (1997), mostram que no Brasil camponês 55% dos rapazes têm menos de quatro anos de estudo. A precariedade da situação educacional das moças também é grave, mas menos que a dos rapazes: 42% das jovens camponesas têm menos de quatro anos de estudo. Para que se tenha uma ideia da posição do Brasil na América Latina quanto a este aspecto, no Chile apenas 5% dos rapazes (e 4% das moças) estão nesta situação e mesmo no México as cifras são bem

menos graves que no Brasil: 27% dos rapazes e 21% das moças (Abramovay, 2001).

Infelizmente o Brasil apresenta um sistema educacional muito homogêneo, que não abrange a realidade e os costumes dos jovens do campo. Onde os conhecimentos e metodologias de ensino aplicadas são mais direcionadas para os jovens urbanos. O interessante é que a maioria das próprias escolas agrícolas, estão localizadas nos perímetros urbanos, onde a realidade é diferente da qual os filhos de agricultores que ali vão estudar estão acostumados. Muitos destes acabam permanecendo nas cidades, arrumando empregos em outros setores que não ligados à agricultura, pois é nas cidades que eles encontram maiores opções de trabalho, educação e lazer. Muitas destas opções poderiam ser levadas também para o campo, garantindo desta maneira que o jovem camponês ocupe seu tempo não só com variedade de trabalho, mas também com alternativas de diversão.

A educação é uma prática social, uma atividade específica dos homens situando-os dentro da história, ela não muda o mundo, mas o mundo pode ser mudado pela sua ação na sociedade e nas suas relações de trabalho. Educação é um fenômeno próprio dos seres humanos, significa afirmar que ela é, ao mesmo tempo, uma exigência do e para o processo de trabalho, bem como é ela própria, um processo de trabalho". (SAVIANI, 1992, p.19)

Segundo Pinto (1994), a educação é um processo histórico de criação do homem para a sociedade e simultaneamente de modificação da sociedade para benefício do homem.

É o processo pela dimensão histórica por representar a própria história individual do ser humano e da sociedade em sua evolução.

É um fato existencial porque o homem se faz ser homem - processo constitutivo do ser humano.

É um fato social pelas relações de interesses e valores que movem a sociedade, num movimento contraditório de reprodução do presente e da expectativa de transformação futura.

É intencional ao pretender formar um homem com um conceito prévio de homem. É libertadora porque segundo Boff (2000, p. 77) "se faz necessário desenvolver uma educação que nos abra para uma democracia integral, capaz de produzir um tipo de desenvolvimento socialmente justo e ecologicamente sustentado."

Nesse sentido, a educação visa atingir três objetivos que formam o ser humano para gestar uma democracia aberta.

Em primeiro lugar a apropriação pelo cidadão e pela comunidade dos instrumentos

adequados para pensar a sua prática individual e social e para ganhar uma visão globalizante da realidade que o possa orientar em sua vida.

Em segundo, apropriação pelo cidadão e pela comunidade do conhecimento científico, político, cultural acumulado pela humanidade ao longo da história para garantir-lhe a satisfação de suas necessidades e realizar suas aspirações.

E em terceiro, a apropriação por parte dos cidadãos e da comunidade, dos instrumentos de avaliação crítica do conhecimento acumulado, reciclá-lo e acrescentar-lhe novos conhecimentos através de todas as faculdades cognitivas humana.

Vista como processo de desenvolvimento da natureza humana, a educação tem suas finalidades voltadas para o aperfeiçoamento do homem que dela necessita para constituir-se e transformar a realidade.

A educação deve ser considerada como processo para o desenvolvimento humano integral, instrumento gerador das transformações sociais. É base para aquisição da autonomia, fonte de visão prospectiva, fator de progresso econômico, político e social. É o elemento de integração e conquista do sentimento e da consciência de cidadania.

Nessa concepção de educação, a finalidade é formar cidadãos capazes de analisar, compreender e intervir na realidade, visando o bem estar do homem no plano pessoal e coletivo. Para tanto, esse processo deve desenvolver a criatividade, o espírito crítico, a capacidade de análise e síntese, o autoconhecimento, a sociabilização, a autonomia e a responsabilidade. Desta forma, é possível a formação de um homem com aptidões e atitudes para colocar-se a serviço do bem comum, possuir espírito solidário, com gosto pelo saber, disposto a conhecer-se, a desenvolver capacidade afetiva e possuidor de visão inovadora.

Conhecimento é uma atividade humana que busca explicitar as relações entre os homens e a natureza. Desta forma, o conhecimento é produzido nas relações sociais mediadas pelo trabalho. Na sociedade, o homem não se apropria da produção material de seu trabalho e nem dos conhecimentos produzidos nestas relações porque o trabalhador não domina as formas de produção e sistematização do conhecimento. Segundo Marx e Engels “a classe que tem à disposição os modos de produção material controla concomitante os meios de produção intelectual, de sorte que, por essa razão geralmente as idéias daqueles que carecem desses meios ficam subordinadas a ela” (Frigotto, 1993, p. 67).

Ainda neste sentido, Andery (1988, p. 15) confirma que “nesse processo do desenvolvimento humano multi determinado e que envolve inter-relações e interferências

recíprocas entre ideias e condições materiais, a base econômica será o determinante fundamental”. Assim sendo, o conhecimento humano adquire diferentes formas: senso comum, científico, teológico e estético, pressupondo diferentes concepções, muitas vezes antagônicas que o homem tem sobre si, sobre o mundo e sobre o conhecimento. O conhecimento pressupõe as concepções de homem, de mundo e das condições sociais que o geram configurando as dinâmicas históricas que representam as necessidades do homem a cada momento, implicando necessariamente nova forma de ver a realidade, novo modo de atuação para obtenção do conhecimento, mudando portanto a forma de interferir na realidade. Essa interferência traz consequências para a escola, cabendo a ela garantir a socialização do conhecimento que foi expropriado do trabalho nas suas relações. Conforme VEIGA (1995, p. 27), “o conhecimento escolar é dinâmico e não uma mera simplificação do conhecimento científico, que se adequaria à faixa etária e aos interesses dos alunos”. Dessa forma, o conhecimento escolar é resultado de fatos, conceitos, e generalizações, sendo, portanto, o objeto de trabalho do professor.

Para BOFF (2000, p. 82), “conhecer implica, pois, fazer uma experiência e a partir dela ganhar consciência e capacidade de conceptualização. O ato de conhecer, portanto, representa um caminho privilegiado para a compreensão da realidade, o conhecimento sozinho não transforma a realidade; transforma a realidade somente a conversão do conhecimento em ação”.

O conhecimento não ocorre individualmente. Ele acontece no social gerando mudanças interna e externa no cidadão e nas relações sociais, tendo sempre uma intencionalidade.

Conforme FREIRE (2003, p. 59), “o conhecimento é sempre conhecimento de alguma coisa, é sempre “intencionado”, isto é, está sempre dirigido para alguma coisa”. Portanto, há de se ter clareza com relação ao conhecimento escolar, pois como destaca SEVERINO (1988, p. 88), “educar contra-ideologicamente é utilizar, com a devida competência e criatividade, as ferramentas do conhecimento, as únicas de que efetivamente o homem dispõe para dar sentido às práticas mediadoras de sua existência real”.

IV. As estruturas das propriedades

As estruturas das propriedades são majoritariamente familiares neste distrito, com predominância de minifundistas. A maioria das propriedades se encontra entre 0-20 ha, que atingem uma produtividade total de 82%, se comparado com as demais, sendo que estas unidades de produção abordam 5.894 ha, contemplando 51,7%. Os domicílios rurais que oscilam entre 21 e 50 ha contraem 12,7% da totalidade agrícola produzida, detendo 2.538 há (22,2%). As unidades de produção maiores, que variam de 51 a 100 ha, somam somente 3,3% da produção final agropecuária em uma área de aproximadamente 1.265 ha, que representa 11,1%, se comparado com as demais. Por fim, vêm as propriedades que já se enquadram como patronal, pois são áreas maiores que 100 ha, produzindo 1,3% do total de setor primário, prendendo 1.697 hectares (14,8%).

Mesmo com as áreas reunidas entre os pequenos produtores, o setor primário é responsável pela quase totalidade da renda do distrito, sendo que algumas atividades agropecuárias ganharam incentivo e se expandiram. Dentro da agricultura, a soja e o fumo são responsáveis por mais de 6.000 ha. Já o milho e o feijão atingem um número menor em extensão, cerca de 2.500 e 1.500 ha, respectivamente. Os bovinos também ganharam representação, mas que não se compara com um de seus derivados, o leite. O suíno já foi mais representativo, mas hoje, devido sua instabilidade de venda e sua queda no preço, restringe-se a poucos Kg/ano. Ocorre a existência de outras culturas menos representativas, podendo ser destacado o vinho, batata, cebola, a fruticultura, etc. No entanto, estas últimas culturas restringem-se, prioritariamente, para o consumo familiar no interior das propriedades.

V. Os condicionantes do êxodo

Geralmente o êxodo do campo ocorre devido à perda da capacidade produtiva, ou à falta de condições de subsistência, em determinado local que acarretarão no êxodo do campo para outra localidade do campo, ou, o êxodo do campo para localidades urbanas. Em nosso país, podemos citar vários períodos de migração ao longo de sua história que se caracterizam pelo abandono do campo em busca de melhores condições de vida nas

idades.

Na história do Brasil, por exemplo, podemos citar a migração das regiões do nordeste onde predominava a agricultura da cana, para o sudeste onde floresciam as culturas de café ou mesmo para o norte, para os seringais. E, mais tarde, em tempos mais recentes, lá pela década de 1950, se inicia uma nova migração, desta vez para a nova capital do país, Brasília. A migração para Brasília fez surgir inúmeras cidadelas que não estavam nos planos de infra-estrutura e que, por terem se instalado nos arredores da grande capital, foram chamadas de “cidades-satélite”.

O Brasil presenciou o seu período de maior êxodo do campo entre as décadas de 1960 e 1980 quando aproximadamente 13 milhões de pessoas abandonaram o campo e rumaram em direção aos centros urbanos. Isso equivale a 33% da população do campo do início da década de 1960.

Os principais motivos dessa migração em massa foram a expansão da fronteira agrícola, o modelo de urbanização que incentivava o crescimento das médias e grandes cidades criando oportunidades de empregos que atraíam os moradores do campo, e, a estratégia de modernização da agricultura que incentivava as culturas de exportação e os sistemas modernos de agricultura, práticas que, por sua vez, utilizam menos mão-de-obra que a agricultura tradicional, forçando os trabalhadores excedentes a procurarem outra forma de sustento.

Tanto no Brasil, quanto em outras regiões do mundo, o êxodo do campo ocasiona o crescimento desordenado dos centros urbanos, gerando um verdadeiro caos social. Sem planejamento as cidades não conseguem fornecer as condições sanitárias e de infra-estrutura básicas aos novos moradores gerando miséria e doenças.

Guamirim tem seu alicerce na produção primária de gêneros. E, por razão do intenso processo de modernização tecnológica experimentado pelas atividades agropecuárias e a crescente externalização de etapas dos processos produtivos, tem tornado o processo de produção cada vez mais individualizado resultando, em muitos casos, na redução dos ativos camponeses e da utilização da mão-de-obra disponível nas famílias (Schneider, 2005, p. 4). Portanto, a maior disponibilidade de tecnologias que usam cada vez menos força de trabalho gera uma sub-ocupação e torna-se um fator que vem estimulando a saída dos jovens do campo para a busca de melhor remuneração no meio urbano.

VI. As diferenças das migrações por idade e sexo

A maioria das mulheres que vão para área urbana, estabelecem vínculo conjugal com cidadãos dessa área. Para o município, este é mais um determinante para um problema característico das populações camponesas do Brasil: a masculinização do campo. Geralmente associada ao fato de que as oportunidades de emprego e renda neste meio são melhores para os homens do que para as mulheres, pois seu trabalho sempre é visto com “ajuda”, reforçando a subordinação ao pai ou marido (Carneiro, 2005) .

Ravenstein (1885/1980, p. 65), expôs que “as mulheres migram mais que os homens”, sendo este um dos principais comportamentos das migrações camponesas. Sendo que, são diversas as causas apontadas para esta migração desigual entre homens e mulheres no meio camponês. Algumas definem que a oferta de trabalho doméstico para moças na zona urbana é o determinante para que estas mudem-se para as cidades. Este comportamento também pode estar relacionado ao fato de que, nas unidades de produção familiares, as mulheres geralmente têm uma carga de trabalho intensa, e sem perspectivas de que suas atividades lhe tragam avanços econômicos, ou seja, que garantam a sua independência financeira. O fato delas procurarem trabalho no meio urbano, mesmo que seja em tarefas domésticas, abre espaço para que estas sonhem com uma carreira profissional mais valorizada, já que as oportunidades de empregos diferenciados são bem maiores nas cidades. A própria família estimula esta migração, uma vez que são bem reduzidas as chances de as moças poderem se estabelecer como agricultoras ou esposas de agricultores (Abramovay *et ali*,1997).

É notória, nos últimos anos, uma grande alteração a respeito da composição etária e por sexo do êxodo do campo, são as mulheres que partem mais rapidamente e em maior número, pois os homens ficam retidos por seu ofício e sua unidade produtiva, enquanto as mulheres são mais atraídas pelas atividades terciárias urbanas” Mendras (1976/1995, p. 236).

Ainda que em nossa região este comportamento de maior migração de mulheres seja comprovado, é possível assinalar que sua principal causa nem sempre está ligada ao fator financeiro, pois a maioria das mulheres que vão trabalhar na cidade e consegue arrecadar algum dinheiro não retorna para o interior. Até mesmo na entrevista o número de mulheres possível de serem consultadas foi inferior ao de homens

Segundo os entrevistados, a carga diária de trabalho na cidade (rigorosamente respeitada) é de oito horas. No campo, na maioria dos lugares o trabalho é considerado leve, e envolve atividades como tirar leite, alimentar criações – suínos, aves e bovinos-, cultivar hortaliças e flores, etc. Tarefas que em nosso país não são financeiramente compensatórias. Quando se é empregado, recebe-se pelos trabalhos realizados, enquanto que no campo o trabalho é voluntário, familiar e não remunerado.

São pessoas que não veem perspectivas de desenvolvimento no lugar onde moram, alegando que não existe um interesse maior do governo brasileiro em incentivar a produção na pequena propriedade. Segundo os depoimentos fornecidos pelos jovens cedo ou tarde teriam que abandonar o campo e procurar empregos na cidade. O destino quase sempre são o comércio e a indústria em Irati ou outras cidades do Estado.

Há um comparativo com a agricultura realizada em outros países, de que a forma de se praticar a agricultura é muito mais eficiente que a do Brasil. Além de receberem maiores incentivos governamentais, os agricultores de lá apresentam sistemas produtivos eficazes, onde maior quantidade de terra não consiste em sinônimo de produtividade. As famílias conseguem, em pequenas propriedades, a produção para sua subsistência e geração de excedentes que são adquiridos por empresas alimentícias. Havendo uma eficiente integração entre os vários setores agropecuários, os pequenos produtores sentem maior garantia de que venderão sua produção, ao tempo de que as agroindústrias maiores sabem que terão constância no fornecimento de matéria prima. O que não acontece em nosso país, uma vez que não se tem programas e projetos agrícolas que atendam as reais necessidades do agricultor brasileiro, e o êxodo torna-se a única saída para o trabalhador, em especial, o jovem do campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para o sociólogo Alberto Tôrres em seu discurso: “O progresso de um País, sua unidade territorial, econômica e social dependem da terra, da gente e de suas relações recíprocas, donde concluir que delas dependem todos os problemas sociológicos e econômicos.” (TORRES 1996, p.47).

Em consideração aos altos índices do êxodo de jovens do campo nas últimas décadas e entendendo a educação como prática social e histórica, repensar a formação destes, urgente e também uma necessidade para todos que estão comprometidos com a construção de uma sociedade sustentável. A sobrevivência das unidades de produção familiar está relacionada também à fixação da juventude no campo, tendo em vista que os filhos seriam os responsáveis em dar continuidade às atividades agropecuárias da família. Isto nos leva a refletir sobre a relação teoria e prática, educação e trabalho e, ao mesmo tempo, resgatar o significado que tem o trabalho nas condições de vida destes indivíduos jovens do campo.

Falar e retratar a realidade do jovem do campo, leva-nos a ter um olhar mais atento às necessidades, sonhos, anseios, lutas e angústias. Refletir sobre os problemas e perspectivas estes jovens que se veem num dilema entre manter-se no campo ou migrar para a área urbana à procura de melhores condições de vida. No entanto, se ficar no campo significa encarar uma dura realidade de privações e de falta de perspectivas, migrar para as cidades traz outras sérias consequências como enfrentar o crescente desemprego, a pobreza e a violência. Há ainda que se levar em conta o seu despreparo, em termos profissionais, para competir no disputado mercado de trabalho urbano.

A herança profissional exerce papel fundamental na formação de jovens do campo, cuja identidade se constrói com base neste “saber profissional”, enraizado na tradição familiar. Desta forma, a atividade agrícola permite que os jovens do campo construam um saber que, fundamentado na atividade prática produtiva da família, se transforma em saber científico à medida que, na agricultura familiar, faz-se necessário maximizar a utilização dos recursos disponíveis na propriedade de modo a garantir a reprodução da unidade camponesa. Isso ocorre através de estratégias variadas que incluem desde o aproveitamento dos excedentes até a busca de melhores índices de produtividade. Para tal, os jovens e as jovens rurais buscam também os meios intelectuais presentes tanto no

conhecimento recebido dos pais, principalmente os relativos à natureza e sua interferência no trabalho da terra, quanto novos conhecimentos adquiridos em outros espaços educativos, formais ou informais.

Não se pode alegar que o saber do homem do campo seja um saber eminentemente prático, uma vez que abrange conhecimentos de geografia (clima, nuvens, ventos, etc.); físicos (topografia, solos, água, etc.), aspectos referentes à vegetação; aos animais, fungos, além de questões relativas ao mercado, políticas agrícolas e aproveitamento artesanal da produção excedente. Todo este corpo de saberes vai sendo aos poucos ampliado com os novos saberes adquiridos em palestras, reuniões, cursos e, no caso dos jovens, também na escola, mesmo que esta não direcione seus conteúdos à realidade do campo, os conteúdos gerais são significativos para a elaboração de uma visão ampla do mundo local e da realidade global.

A vivência no campo permite aos jovens desenvolver um saber próprio, fruto principalmente de suas experiências de vida e trabalho, mas que também se mescla com a educação recebida na escola e outras instâncias (Igreja, palestras diversas, associações de agricultores, televisão), o que demonstra a existência de um saber heterogêneo que, apesar de estreitamente vinculado à vida prática, permite a construção de sua identidade cultural e social. Essa consciência de que existe uma realidade diferente do campo, mas que interfere nas suas condições de existência, demonstram que a educação, em todas as instâncias, propicia à juventude uma visão mais abrangente do mundo como um todo.

Observa-se que os jovens vêm ampliando sua visão de realidade e perspectivas através de um conhecimento teórico vinculado à prática camponesa e que, de certa forma, começam a questionar os limites da tradição no cultivo da terra. Esta reflexão desenvolve sua capacidade de avaliar desde questões relativas ao mercado para seus produtos até políticas agrícolas e as técnicas de cultivo desenvolvidas pelos pais. Nesse processo, os jovens e as jovens do campo refletem a interferência e importância do saber científico no seu cotidiano, evidenciando que seu conhecimento prático busca fundamento nas pesquisas mais atualizadas em relação ao trabalho no campo.

Repensar, então, o espaço ocupado pelo trabalho no processo de elaboração do conhecimento é fundamental, tendo em vista que, ao produzir as condições materiais de sua existência, o ser humano produz também um conjunto de ideias e representações que expressam um saber e uma consciência de sua situação histórica. Neste sentido, a pesquisa comprometida com a sustentabilidade dos espaços camponeses pode tornar-se

uma ponte entre o conhecimento operativo e o conhecimento científico, de forma que à experiência cotidiana dos jovens do campo se agreguem as conquistas da ciência, viabilizando a construção de um novo espaço do campo no qual a juventude possa desenvolver plenamente todo seu potencial.

A princípio, pode parecer que o o êxodo do campo de um grupo de jovens da região de Guamirim, não represente uma ampla contribuição para o estudo do êxodo do campo à nível nacional. Mas acreditamos que os pequenos municípios muitas vezes definem-se como retrato do que acontece numa região ou país. E o que podemos observar nesta região é um dos principais condicionantes do êxodo do campo no Brasil: a busca das pessoas do campo por melhores condições de vida, materializadas por oportunidades de emprego e lazer.

Conter o esvaziamento das populações camponesas não é um processo simples, ela depende das condições que serão dadas para os habitantes deste meio. Depende de ações que façam com que ele seja atrativo tanto para o jovem como para pessoas de todas as idades.

Nosso exemplo se torna importante dentro da temática do êxodo do campo porque no seu caso as pessoas não abandonam o campo simplesmente para ir trabalhar nas cidades, em busca de melhores condições de vida, mas também pela desvalorização do trabalho agrícola, pela falta de investimento pelo governo, falta de políticas agrícolas, e a desvalorização da cultura do povo do campo.

Sabe-se que modelos nem sempre condizem com todas as situações e realidades, ou ainda encaixam-se todos os lugares, mas na certeza de contribuir para uma mudança real no combate ao êxodo do campo, este artigo consiste em um grito de alerta, para que a permanência do jovem no campo, seja incentivada, assegurando a eles perspectivas de renda e vida mais dignas.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, Ricardo *et alli*. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: UNESCO, 1998.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: Unicamp, 1998.

ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das populações rurais**. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 2003.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial**. Reforma Agrária – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária 28 n 1, 2, 3 e 29, n 1 Jan/dez 1998 e jan/ago 1999.

ABRAMOVAY, R., BALDISSERA, I. T., CORTINA, N., FERRARI, D., SILVESTRO, M., TESTA, V. M. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**, Chapecó. Brasília, 1997, mimeo (Convênio FAO-Incra/CPPP-Epagri).

BAENINGER, R. **Juventude e movimentos migratórios no Brasil**. In: Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas . Brasília: CNPD, 1998.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. [http// www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br).

CARNEIRO, Maria José. **Pluriatividade no campo. O caso francês**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 32, out.1996.

CARNEIRO, Maria José. **Significados da pluriatividade para a família do campo**. In: Seminário Nacional de Desenvolvimento do campo Sustentável, 2005. Textos para Discussão. Brasília/DF, 2005. CEPAL. Desarrollo do campo sin jóvenes? Santiago do Chile, 1995, mimeo (LC/R. 1.599) .

DURSTON, John. **Juventude do campo, modernidade e democracia: Desafio para os Noventa**. In: Juventude e Desenvolvimento do campo no Cone sul Latino americano. Série Documentos Temáticos. RS. Brasil. Junho 1994.

FAO. Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável. Brasília: Convênio FAO/Incra, 1995.

IBGE. Censo Populacional de 1996 - Conceituação das características divulgadas na contagem da população de 1996. 1997.

MAKSUD, Ivia. **Jovens rurais: novos ideais?**. Relatório de Pesquisa, projeto integrado "Transmissão do Patrimônio, Etnicidade e Reprodução Social", coordenado por M. J. Carneiro, CNPq. 1996.

MOLINA FILHO, J. **Fundamentos teóricos e instrumentos para assistência à**

agricultura. Piracicaba: ESALQ, 2001.

MOYANO, E. **Las políticas de desarrollo do campo en la Union Europea.** In: SHIGEO SHIKI *et al.* (Orgs.). Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade no cerrado brasileiro. Uberlândia, 1997.

NAVARRO, Z. **Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro.** Revista Estudos Avançados v. 15, n. 43, Instituto de Estudo Avançados – USP; São Paulo, 2001.

NOVAES, Regina R. **Caminhos cruzados: juventude, conflito e solidariedade.** RJ: ISER, 1996.

OLIVEIRA, H. **Criando as condições para a valorização dos territórios.** In: MDA. Referencias para o desenvolvimento territorial sustentável. Série texto para discussão 04, 2003.

SACCO DOS ANJOS, F. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil.** Pelotas: EGUFPEL, 2003.

SCHNEIDER, S. **O papel da pluriatividade numa estratégia de desenvolvimento do campo.** In: Seminário Nacional de Desenvolvimento do campo Sustentável, 2005. Textos para Discussão. Brasília/DF, 2005.

VANTROBA, Erléia Aparecida. **Necessidades e perspectivas para a permanência do jovem do campo no seu ambiente.** Irati: SEED, Projeto Folhas, 2008.

VANTROBA, Erléia Aparecida. **Necessidades e perspectivas para a permanência do jovem do campo no seu ambiente.** Irati: SEED, Projeto de Intervenção Pedagógica na Escola, 2008.